

Indústria do Rio também quer dívida renegociada

Em reunião que terminou ontem às 20h30m, o Centro e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro pediram a imediata renegociação da dívida externa brasileira, a desindexação da economia — para evitar que preços e salários gerem inflação cada vez maior — e se colocaram claramente contra as mudanças na lei salarial decorrentes do acordo PTB-PDS.

Ao contrário do que costuma ocorrer nesses encontros, ontem praticamente não houve manifestações de grupos dissidentes, pois a posição dos industriais era unânime. Em geral, quando um aparte era solicitado, era para acrescentar uma nova crítica a atos do Governo Federal.

POSICÕES

No início dos debates, assessores da Firjan informaram que, com as recentes medidas, 700 mil desempregados se somariam, anualmente, aos 3,5 milhões de desempregados já existentes e, em seguida, houve uma série de pronunciamentos, entre os quais se destacaram os seguintes:

Vulherme da Silveira Filho (Bangu) — O Brasil tem de trabalhar para pagar o serviço da dívida, que já nos consome 98 por cento das exportações. A dívida externa será sempre rolda e não podemos, por causa dela, gerar agitação social no País.

Edgar Arp (Vice-Presidente da Firjan) — É

urgente se renegociar com o Fundo Monetário Internacional, para dar fôlego ao País.

Peter Landsberg (Verolme) — Obrigar o empresário a pagar mais é comum, mas aumentar a ingerência na administração das empresas é simplesmente intolerável.

Silvio Cunha (Sindicato da Indústria Têxtil) — Nenhum empresário atrasa salário por que quer. O acordo PTB-PDS vai gerar mais desemprego e criará problemas sociais ainda mais graves.

Antonio Carneira (Sindicato das Empresas de Material Elétrico) — O pacote é um morcego: morde e assopra. Tira de um lado e põe do outro e é, portanto, omissivo. E o novo pacote, sobre corte das estatais, vai punir tanto as boas como as más estatais. Vale dizer que uma estatal eficiente é muito útil para o País, pois dinamiza a economia.

Evaldo Inojosa (Coperflu) — A lei salarial reduz a produtividade.

João Fortes (1º Vice-Presidente da Firjan) — Estou perplexo. A nova lei salarial restringe o trabalho, a produtividade e a poupança. É totalmente contra a nossa linha. A hora, no entanto, é de se apoiar o Presidente da República.

Ao final, Arthur Donato lembrou que a lei salarial ainda pode ser discutida no Congresso e que os empresários vão procurar sensibilizar os parlamentares.